

CNPJ: 18.270.447/0001-46

End.: Praça Coronel Bembém, 1.477 – Centro – Manga-MG_– Tel.: (38) 3615-2112 Email: cpl.manga@yahoo.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGA/MG CNPJ: 18.270.447/0001-46

Departamento de Compras e Licitações

Praça Coronel Bembém, 1477 – Centro Tel.: (018)3615-2112, CEP: 39.460-000 - MG

Aviso de Licitação

PREGÃO ELETRÔNICO n°022/2022

Decreto Federal n.º 10.024/2019, Lei Federal nº. 10.520/02, Lei Federal n.º 8.666/1993 Lei Complementar n.º 123/2006, e o Decreto Municipal n.º 26/20 e demais legislações aplicáveis, bem como pelas disposições fixadas neste Edital e Anexos.

TIPO:	"MENOR PREÇO POR ITEM"	
OBJETO:	AQUISIÇÃO DE VEICULOS EM ATENDIMENTO A RESOLUÇÃO SES Nº6985, 20 DE DEZEMBRO DE 2019	
SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO		
DIA:	03/05/2022	
HORA:	09:00hs	
LOCAL:	A sessão pública dar-se-á por meio de Sistema Eletrônico no Portal deLicitações no endereço "http://comprasbr.com.br"	

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO n°022/2022

DIA:	03/05/2022
HORA:	09:00 horas
LOCAL DE REALIZAÇÃO:	RECEBIMENTO E ABERTURA DE PROPOSTAS Data de início de envio de PROPOSTA: 14/04/2022 as 14:00 hs. Data de encerramento do envio de PROPOSTA: 03/05/2022. 08:59hs. Data de abertura do pregão: 03/05/2022. 09:00hs. Local: http://comprasbr.com.br
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS	Praça Coronel Bembém, 1477, Centro/ Manga – MG.
E ENCAMINHAMEN TOS:	Fone: (38) 3615- 2112 (Dias úteis, das 08:00 às 18:00 horas)E-mail: cpl.manga@yahoo.com.br
PROCESSO:	Nº 0041/2022



CNPJ: 18.270.447/0001-46

End.: Praça Coronel Bembém, 1.477 – Centro – Manga-MG_– Tel.: (38) 3615-2112 Email: cpl.manga@yahoo.com.br

A Prefeitura Municipal de Manga, através da *PREGOEIRA* nomeada pela Portaria nº 66 de 08 de Março de 2021, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local acima indicado com obediência ao disposto no Decreto 10.024/19, e na Lei n. 10.520, de 18.07.02 e, subsidiariamente, na Lei n. 8.666/93, suas alterações, **Lei Complementar 123/2006, devidamente alterada pela LC 147/2014,** e demais legislação complementares, fará realizar Licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo (CONFORME ITEM 7.1), destinada à contratação do objeto de que trata o descritivo do objeto do presente Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1 Constitui objeto da presente licitação: a AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS EM ATENDIMENTO A RESOLUÇÃO SES Nº6985, 20 DE DEZEMBRO DE 2019, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde deste Município, conforme quantidade, condições e especificações constantes no Edital e seus anexos.
- **1.2**O Veículo deverá ser zero-quilômetro, modelo 2022 ou superior, considerando o primeiro emplacamento para o órgão adquirente.
 - 1.3.— O Município de Manga/MG reserva-se ao direito de só divulgar o valor estimado após o encerramento da fase de lances do Pregão, com fulcro no Inc. III do Art. 3º e Inc. III do Art. 4º, ambos da Lei Federal do Pregão nº10.520/2002. Precedentes: Acórdão nº 1789/2009-Plenário. Acórdão nº 3028/2010 Segunda Câmara e Acórdão nº 2080/2012 Plenário, todos do Tribunal de Contas da União. Recurso Ordinário nº 876.182/2015 TCE.
 - 1.4 A Secretaria Municipal interessada se reserva no direito de inspecionar o bem cotado, procedendo ás diligências para aferir sua qualidade e execução, assim como a pertinência com o instrumento convocatório, descritos no termo de referência deste edital;
 - 1.5 Serão admitidos a participar desta Licitação os que estejam legalmente estabelecidos na forma da Lei, para os fins do objeto pleiteado e estejam devidamente cadastrados e credenciados no Portal de Licitações Compras BR, que atuará como órgão provedor do Sistema Eletrônico. **Conforme o Decreto 10.024/19** no Art.26: Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
 - 1.5.1 Os documentos relativos à habilitação, solicitados no **ITEM 8** do presente edital, deverão ser **ANEXADOS OBRIGATÓRIAMENTE**, juntamente com a proposta na página da **PLATAFORMA/PORTAL** "**COMPRASBR**, <u>onde ocorrerá a sessão</u>, em local próprio para inserção dos documentos.
 - 1.5.1.1 AS EMPRESAS QUE NÃO ANEXAREM A DOCUMENTAÇÃO NA PLATAFORMA, SERÃO CONSIDERADAS INABILITADAS.

Obs. Esses documentos só estarão disponíveis após o encerramento da disputa de lances do Pregão.



CNPJ: 18.270.447/0001-46

End.: Praça Coronel Bembém, 1.477 – Centro – Manga-MG_– Tel.: (38) 3615-2112 Email: cpl.manga@yahoo.com.br

2-DOS RECURSOS ORCAMENTÁRIOS

As despesas correrão à conta da dotação orçamentária:

05.02.01.10.302.0011.1024 – Execução de Obras Civis e Aquis. Equipamentos – 44905200 – Equipamentos e Materiais Permanentes - Ficha 524.

3 DISPOSICÕES PRELIMINARES:

3.1 O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da plataforma: **http://comprasbr.com.br**

3.1.2 Os trabalhos serão conduzidos por funcionário da Prefeitura Municipal, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo de "Licitações" constante da página eletrônica.

3.2 DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO:

3.2.1 O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário de início da disputa.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 4.1 Poderão participar desta licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.
- **4.2** Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentem toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento junto a **PLATAFORMA ELETRÔNICA.**
- 4.3 É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.
- 4.4 Não poderão participar da licitação as empresas que estiverem em: concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal ou que esteja cumprindo período de suspensão no âmbito da Administração Municipal.
- 4.4.1 Caso a empresa apresente CND de falência e concordata ou CND de recuperação judicial ou extrajudicial, estas deverão ser expedidas pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 4.4.2 Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação



CNPJ: 18.270.447/0001-46

End.: Praça Coronel Bembém, 1.477 – Centro – Manga-MG_– Tel.: (38) 3615-2112 Email: cpl.manga@yahoo.com.br

judicial/extrajudicial em vigor;

4.5 A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração constante no **ANEXO V** para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, informar o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate Art. 44 e 45 da LC 123/2006.

5 DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

5.1 O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

Do Pregoeiro:

- a) Conduzir a sessão pública;
- b) Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimento ao edital e aos seus anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
- c) Verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital:
- d) Coordenar a sessão pública e o envio de lances;
- e) Verificar e julgar as condições de habilitação;
- f) Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;
- g) Receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- h) Indicar o vencedor do certame:
- i) Adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- i) Conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
- k) Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor asua homologação.

Da equipe de apoio:

a) caberá à equipe de apoio auxiliar o pregoeiro nas etapas do processo licitatório.

Do licitante:

Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:

- a) Credenciar-se previamente de que trata o §2° do art. 5º, no sistema eletrônicoutilizado no certame:
- b) Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;
- c) Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- d) Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante a inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- e) Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que



CNPJ: 18.270.447/0001-46

End.: Praça Coronel Bembém, 1.477 – Centro – Manga-MG_– Tel.: (38) 3615-2112 Email: cpl.manga@yahoo.com.br

possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediatobloqueio de acesso:

- f) Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e
- g) Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

PARTICIPAÇÃO:

- 5.2 A participação no Pregão, na forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da empresa) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecido.
- 5.3 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

- **5.4** A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas. **Todo contato com o Pregoeiro deve ser feito através do chat disponibilizado pelo sistema. O Pregoeiro não atenderá licitantes durante a disputa, seja via telefone, e-mail ou qualquer outro meio que não o chat do sistema.**
- 5.5 Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 5.6 Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.
- 5.7 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.8 Fica a critério do(a) Pregoeiro(a) a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que, antes do início da disputa de lances;
- 5.9 Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema <u>não identificará</u> o autor dos lances aos demais participantes.
- 5.10 Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o Pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.



CNPJ: 18.270.447/0001-46

End.: Praça Coronel Bembém, 1.477 – Centro – Manga-MG – Tel.: (38) 3615-2112 Email: cpl.manga@yahoo.com.br

- 5.11Quando da desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.12 O tipo de julgamento será no modo de disputa aberto, de que trata o inciso I do caput do art. 31, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nosúltimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.13 A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o caput, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no caput do art. 32 e no §1º do Decreto 10.024/19, a sessão pública será encerrada automaticamente.
- 5.15 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no § 1º, o pregoeiro poderá assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício daetapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo único do art. 7º, mediante justificativa.
- 5.16 Face à imprevisão do tempo extra, as empresas participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim, cálculos de última hora, que poderá resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil.
- 5.17 Facultativamente, o(a) Pregoeiro(a) poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de trinta minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances. Neste caso, antes de anunciar o vencedor, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.
- 5.18 O sistema informará a proposta de menor preco imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo(a) pregoeiro(a) acerca da aceitação do lance de menor valor.
- 5.19 Os documentos relativos à habilitação, solicitados, deverão ser ANEXADOS na página do portal, em local próprio para documentos, para que se evite a desclassificação por identificação.

DISPONÍVEIS OBS. **ESTARÃO APÓS ESSES** DOCUMENTOS SÓ ENCERRAMENTO DA FASE DE LANCES DO PREGÃO.

5.21 Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para



CNPJ: 18.270.447/0001-46

End.: Praça Coronel Bembém, 1.477 – Centro – Manga-MG_– Tel.: (38) 3615-2112 Email: cpl.manga@yahoo.com.br

que seja obtido preço melhor.

- 5.22Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.
- 5.23 Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.
- 5.24 Quando for constatado o empate, conforme estabelece os artigos 44 e 45 da LC 123/2006, o Pregoeiro aplicará os critérios para desempate em favor ME/EPP. Após o desempate, poderá o (a) Pregoeiro(a) ainda negociar um melhor preço caso ela não atinja o valor de referência definido pela administração pública.

6 DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

- 6.1 O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 6.2 No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas no campo próprio as ESPECIFICAÇÕES e MARCAS produtos ofertados, conforme a ficha técnica descritiva do serviço e/ou produto. A não inserção de arquivos ou informações contendo as especificações e marcas dos produtos neste campo implicarão na desclassificação da empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta.
- O OBJETO deverá estar totalmente dentro das especificações contidas no(s) Termo de Referência.
- 6.3 A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.
- 6.4 Na hipótese de o licitante ser ME/EPP será necessário a informação desse regime fiscal no campo próprio sob pena do licitante enquadrado nesta situação não utilizar dos benefícios do direito de preferência para o desempate, conforme estabelece a Lei Complementar 123/2006.
- 6.5 Atendidos todos os requisitos, será considerada vencedora a licitante que oferecer o MENOR PREÇO.
- 6.6 Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os custos e demais despesas eencargos inerentes ao produto até sua entrega no local fixado por este edital.
- 6.7 Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste edital ou da Legislação em vigor.
- 6.8 O lance deverá ser ofertado em conformidade com o objeto do edital, se for global, preço total, se for unitário, pelo valor unitário para os itens e/ou lotes. Deve-se observar



CNPJ: 18.270.447/0001-46

End.: Praça Coronel Bembém, 1.477 – Centro – Manga-MG_– Tel.: (38) 3615-2112 Email: cpl.manga@yahoo.com.br

um valor de diferença mínima entre os lances, assim evitando valores irrisórios quando o valor do objeto for de grande porte.

7 CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

7.1 Para Julgamento será adotado o critério **MENOR PREÇO POR ITEM**, observado o prazo para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho ede qualidade e demais condições definidas neste Edital.

7.2 EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO CAPÍTULO V DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, SERÃO OBSERVADOS OS SEGUINTES PROCEDIMENTOS:

- 7.2.1. Encerrada a fase de lances, se a proposta de menor lance não tiver sido ofertada por micro empresa ou empresa de pequeno porte e o sistema eletrônico identificar que houve proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta de menor lance, será procedido o seguinte:
- a) A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, será convocada pelo sistema eletrônico, via "chat" de comunicação do pregão eletrônico para o prazo de 5 (cinco) minutos após a convocação, apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicada em seu favor o objeto do pregão;
- b) No caso de empate de propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte, o sistema realizará um sorteio eletrônico entre elas para que se identifique aquela que primeiro será convocada para apresentar melhor oferta, na forma do disposto na Lei.
- c) Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, na forma da Lei, serão convocada as remanescentes, quando houver, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- 7.2.2 Na hipótese da não contratação nos temos previstos acima
- 7.2.3 O objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que atenda aos requisitos de habilitação.
- 7.3 O Pregoeiro anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for ocaso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.
- 7.4Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.
- 7.5 O Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido melhor preço.



CNPJ: 18.270.447/0001-46

End.: Praça Coronel Bembém, 1.477 – Centro – Manga-MG_– Tel.: (38) 3615-2112 Email: cpl.manga@yahoo.com.br

7.6 Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

8 DA HABILITAÇÃO

- 8.1.Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- 8.1.3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- 8.1.4 Consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de eventual matriz ou filial (cfr. Acórdão TCU nº1.793/11) e de seu sócio majoritário (cfr. art. 12 da Lei nº 8.429/92, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário).
- 8.1.5 Constatada a existência de vedação à participação no certame, o(a) Pregoeiro(a) reputará o licitante inabilitado.
- 8.1.6 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.
- 8.1.7 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.
- 8.1.8 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de duas horas, sob pena de inabilitação.
- 8.1.9 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a)- Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício:
- d)-Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em



CNPJ: 18.270.447/0001-46

End.: Praça Coronel Bembém, 1.477 – Centro – Manga-MG_– Tel.: (38) 3615-2112 Email: cpl.manga@yahoo.com.br

funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.3 DA REGULARIDADE FISCAL

Na falta de validade expressa nos documentos de habilitação, abaixo (itens b até f) terse-ãocomo válidos pelo prazo de 60 (sessenta) dias de sua emissão.

8.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

- 8.3.2 Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, compreendendo os tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal e também com a **Dívida Ativa da União**, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;
- 8.3.3 Prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
- 8.3.4 Prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Municipal "cadastro mobiliário pessoa jurídica"** do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
- 8.3.5 Certificado de Regularidade de Situação com o FGTS (CRF/FGTS);
- 8.3.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943. (Inciso incluído pelaLei 12.440, de 2011). www.tst.gov.br

8.4 DA HABILITAÇÃO TÉCNICA:

8.4.1 Apresentar no mínimo 01(um) atestado/declaração fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já forneceu, satisfatoriamente, o objeto licitado. O atestado/declaração deverá conter, no mínimo, o nome da empresa/órgão contratante, número de CNPJ, e nome do responsável pelo mesmo.

8.5 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 8.5.1 Certidão Negativa de Falência ou Concordata ou recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo(s) cartório(s) distribuidor(es) da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 90 (noventa) dias da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar do documento.
- 8.5.2 Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor;

8.6 – OUTRAS COMPROVAÇÕES.

8.6.1 Em se tratando de microempresa – ME ou empresa de pequeno porte – EPP, a comprovação desta condição será efetuada mediante a Declaração de Microempresa



CNPJ: 18.270.447/0001-46

End.: Praça Coronel Bembém, 1.477 – Centro – Manga-MG_– Tel.: (38) 3615-2112 Email: cpl.manga@yahoo.com.br

(Anexo V).

8.7 - DECLARAÇÕES:

Assinada por representante legal da proponente, de que:

- a) Não foi declarada inidônea para licitar por nenhum órgão federal, estadual ou municipal;
- b) Não há **superveniência** de fato impeditiva para habilitação da proponente, sob as penas cabíveis, nos termos do Art. 32 da Lei n° 8.666/93;
- c) A empresa atende ao disposto no Art. 7°, inciso XXXIII da Constituição Federal (Lei 9.854 de 27/10/99);
- d) Declaração de ME/EPP;
- e) Declaração que assume inteira RESPONSABILIDADE pela autenticidade de todos os documentos apresentados, e que se compromete a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; tem conhecimento e se submete ao disposto na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 Código de Defesa do Cosumidor, bem como ao edital e Anexos deste pregão.

9- DAS DIPOSIÇÕES DA HABILITAÇÃO

- 9.1 Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em cópia simples.
- 9.2 As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis.
- 9.3 O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.
- 9.4 A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação.
- 9.5 Os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e respectivo endereço referindo-se ao local da sede da empresa licitante. Não se aceitará, portanto, que alguns documentos se refiram à matriz e outros á filial. Caso o licitante seja a Matriz e a executora dos serviços seja a filial, os documentos referentes à habilitação deverão ser apresentados em nome de ambas, simultaneamente.
- 9.6 Os documentos de habilitação deverão estar em plena vigência e, na hipótese de inexistência de prazo de validade expresso no documento, deverão ter sido emitidos há menos de 60 (sessenta) dias da data estabelecida para o recebimento das propostas.
- 9.7Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, por ocasião da licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de



CNPJ: 18.270.447/0001-46

End.: Praça Coronel Bembém, 1.477 – Centro – Manga-MG_– Tel.: (38) 3615-2112 Email: cpl.manga@yahoo.com.br

comprovação fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição fiscal.

- 9.8 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, pra regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme § 1° do Artigo 43 da Lei 147/2014.
- 9.9 A não regularização da documentação implicará decadência do direito à Contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

10 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

- 10.1 Não serão conhecidas às impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.
- 10.2 Até 02 (dois) dias uteis antes da data fixada para recebimento das propostas qualquer interessado poderá impugnar ou solicitar esclarecimentos em relação a este ato convocatório.
- 10.3 A decisão sobre a impugnação será respondida em tempo hábil para o certame, procedendo-se os encaminhamentos necessários.
- 10.4 Ao final da sessão, o proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo, **através do seu representante**, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões, sendo-lhes facultado juntarem memoriais no prazo de até 03(três) dias. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.
- 10.5 A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso via sistema eletrônico "comprasbr", implicará na decadência e preclusão desse direito. "Será concedido prazo de 10 (dez) minutos, para a interposição de manifestação do recurso".
- 10.6 Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.
- 10.7 Os recursos contra decisões do Pregoeiro **não** terão efeito suspensivo.

11 DAS SANCÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Com fundamento nas leis nº. 10.520, de 17/07/2002, e nº. 8.666, de 21/06/1993, poderão ser aplicadas à Contratada, as sanções abaixo, pela inobservância das condições estabelecidas para o objeto a ser contratado, a saber:



CNPJ: 18.270.447/0001-46

End.: Praça Coronel Bembém, 1.477 – Centro – Manga-MG_– Tel.: (38) 3615-2112 Email: cpl.manga@yahoo.com.br

- a) Advertência, nos casos de menor gravidade;
- b) Suspensão do direito de licitar e impedimentode contratar com a Administração, pelo prazo de até cinco anos, se convocada dentro do prazo de validade de sua proposta e :
- b.1 não assinar o contrato e/ou ata de registro de preços;
- b.2 deixar de entregar documentação exigida no edital;
- b.3 apresentar documentação falsa:
- b.4 ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- b.5 não mantiver a proposta;
- b.6 falhar ou fraudar na execução do objeto;
- b.7 comportar-se de modo inidôneo;
- b.8. fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;
- c) O atraso injustificado no cumprimento do objeto sujeitará o fornecedor à multa de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia que exceder ao prazo fixado, calculada sobre o valor do(s) lotes(s) prejudicado(s) pela conduta da Contratada, até o cumprimento do objeto, obedecendo ao limite máximo de 20% (vinte por cento). Limite que ultrapassado, poderá ensejar a rescisão contratual pela Contratante;
- d) Multa de até 20% (vinte por cento) do valor do(s) lote(s) prejudicado(s) pela conduta da Contratada:
- d.1 pela recusa no recebimento da nota de empenho dentro do prazo de validade da contratação;
- d.2 pela não assinatura do contrato e/ou da ata de registro de preços e de seus aditivos, no prazo estabelecido no edital;
- d.3 pela entrega do objeto fora das especificações estabelecidas no edital de licitação e seus anexos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada, com base no inciso "b" acima.
- 1) A sanção da declaração de idoneidade é de competência exclusiva da Prefeitura de Manga, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação. As sanções previstas nas alíneas "b" e "e" poderão ser aplicadas também nas hipóteses de que trata o artigo 88 da Lei nº 8.666/93.
- 2) As multas serão cobradas através de descontos da parcela do pagamento mensal devido. Quando aplicada no último mês do pagamento, poderá ser retida do último pagamento devido. Não havendo nenhuma garantia e se o pagamento já houver sido realizado, a multa deverá ser depositada na conta do Município de Manga, pela Contratada, a ser fornecida pela Secretaria Municipal de Finanças. Tendo o serviço finalizado ou fornecimento realizado e o último pagamento já houver sido realizado, a multa poderá ser cobrada na via judicial / por execução fiscal:
- 3)No caso da penalidade de multa, em face dos elevados custos administrativos dos processos para análises e aplicação de sanções, o valor mínimo da multa aplicada será de R\$ 1.000.00 (um mil reais).
- 4) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, nos casos de suspensão de licitar, o Licitante / Contratado deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.
- 5)Será assegurado ao licitante/fornecedor, previamente à aplicação das penalidades mencionadas, o direito ao contraditório e à ampla defesa.



CNPJ: 18.270.447/0001-46

End.: Praça Coronel Bembém, 1.477 – Centro – Manga-MG_– Tel.: (38) 3615-2112 Email: cpl.manga@yahoo.com.br

- 6) A aplicação de uma das penalidades previstas neste item não exclui a possibilidade de aplicação de outras.
- 7) A imposição de qualquer sanção administrativa à Contratada implica na impossibilidade de emissão, em favor da empresa, de Atestado de Capacidade Técnica, pelo período de 2 (dois) anos, contados da data da imposição da sanção pelo Município de Manga.

12 - DA HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO

- 12.1 O resultado da licitação será submetido à consideração da autoridade competente da PREFEITURA MUNICIPAL, para fins de homologação.
- 12.2 Após a homologação do resultado da licitação, a licitante classificada em primeiro lugar terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação pela CONTRATANTE, para assinar o CONTRATO, conforme minuta (Anexo II).
- 12.3 A convocação será feita por emissão e encaminhamento do Contrato ao Fornecedor.
- 12.4 Poderá a licitante ser desclassificada até a contratação, se a CONTRATANTE tiver conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, trabalhista, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira.
- 12.5 Se o fornecedor primeiro colocado se recusar a assinar o Contrato, sem prejuízo das sanções aplicáveis, poderão ser convocados os demais fornecedores, obedecida a ordem de classificação.
- 12.6 A recusa injustificada da primeira classificada em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se a licitante às penalidades previstas neste Edital.

13 – DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 13.1 Homologada a licitação, será formalizado o Contrato, conforme, Minuta—**ANEXO II**, com características de compromisso para a contratação, com o fornecedor primeiro classificado e, se for o caso, com os demais classificados que aceitar fornecer o produto pelo preço do primeiro, obedecida à ordem de classificação e os quantitativos propostos.
- 13.2 No caso do fornecedor primeiro classificado, depois de convocado, não comparecer ou se recusar a assinar o Contrato, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste Edital, a Prefeitura Municipal de Manga registrará os demais licitantes, na ordem de classificação, mantido o preço do primeiro classificado na licitação.

14 - DA FORMA DE PAGAMENTO

14.1. A CONTRATANTE, após o recebimento e exato cumprimento das obrigações assumidas, efetuará o pagamento à contratada, de acordo com as condições estabelecidas na **Cláusula Quinta da minuta da Ata de Registro de Preços – anexo II deste edital.**

15 - DO ADIAMENTO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA PRESENTE LICITAÇÃO.

15.1 A PREFEITURA MUNICIPAL poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, bem como adiá-la ou prorrogar o prazo para recebimento das propostas, sem que caibam às licitantes quaisquer reclamações ou direitos a indenização ou reembolso.



CNPJ: 18.270.447/0001-46

End.: Praça Coronel Bembém, 1.477 – Centro – Manga-MG_– Tel.: (38) 3615-2112 Email: cpl.manga@yahoo.com.br

16- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 16.1 A participação na presente licitação implica a concordância, por parte da licitante, com todos os termos e condições deste Edital e Anexos.
- 16.2 Somente serão aceitos as propostas e os lances encaminhados pelo sistema eletrônico, conforme informação no preâmbulo deste Edital.
- 16.3 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital incluir-se-á o dia de início e excluir-se-á o dia do vencimento.
- 16.4 Só se iniciam e vencem os prazos, incluindo horário, referidos neste Edital, em dia de expediente na PREFEITURA MUNICIPAL.
- 16.5 É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.
- 16.6 Ao final da sessão, o sistema eletrônico divulgará ata circunstanciada, na qual constará a indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão.
- 16.7 No caso de retificação do Edital que não implique em sua republicação, o credenciamento e as propostas porventura encaminhados continuam válidos.
- 16.8 Havendo republicação do edital, as propostas porventura encaminhadas serão canceladas, permanecendo válido apenas o credenciamento da(s) licitante(s).

17 - DO FORO

17.1. Para dirimir as questões oriundas desta licitação e do futuro contrato, fica eleito o fórum da Comarca de Manga.

18 - ANEXOS

18.1. Fazem parte integrante deste Edital:

ANEXO I: Termo de Referência do objeto

ANEXO II: Minuta de Contrato

ANEXO III: Formulário Padrão para Preenchimento da Proposta de Preço

ANEXO IV e V: Declarações complementares

Manga, 13 de abril de 2022.
Anastacio Guedes Saraiva
Prefeito Municipal

ANGRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGA

CNPJ: 18.270.447/0001-46

End.: Praça Coronel Bembém, 1.477 – Centro – Manga-MG_– Tel.: (38) 3615-2112 Email: cpl.manga@yahoo.com.br

Anexo I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

O presente Termo tem como objeto a AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS EM ATENDIMENTO A RESOLUÇÃO SES Nº6985, 20 DE DEZEMBRO DE 2019, objetivando atender as Necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, Conforme condições descriminadas neste Termo de Referência.

2. DA JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

A aquisição se faz necessária para fins de cumprimento da resolução nº 6.985 de 20 de dezembro de 2022, uma vez que o Departamento de Saúde de nosso município possui uma frota veicular com poucos automóveis, sendo muitos deles antigos e desgastados pelo excesso de uso. A aquisição destes veículos traria uma melhora na qualidade do atendimento de nossos pacientes com qualidade e agilidade no serviço ofertado.

A aquisição dos veiculos visa melhorar o transporte das equipes, o que ira proporcionar uma maior estruturação da Atenção Primaria à Saúde, se fazendo necessaria para atender o bom funcionamento das repartições desta Secretaria de Saúde, bem como para permitir o acesso das equipes de saúde á população e melhoria da cobertura vacinal.

Desta forma, tendo em vista a necessidade continuada em melhorar o atendimento e acesso à saúde da população Manguense, faz-se necessário viabilizar processo licitatório para a aquisição de veículos para compor unidade de transporte desta secretaria.

3 – DA ESPECIFICAÇÃO E QUANTITATIVOS

3.1 descrição completa dos veiculos a serem adquiridos.

Item	Descrição	Unid	Quant.
1	AQUISÍÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO TIPO PICK-UP CABINE DUPLA 0 KM, ANO 2021, 2.0, MOTOR DIESEL, CABINE DUPLA 4X4 (DIESEL). MOTORIZAÇÃO MÍNIMA: 160CV, TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA, CAPACIDADE MÍNIMA: 05 LUGARES, AR CONDICIONADO, TRIO ELÉTRICO (TRAVA, VIDRO E ALARME), FREIOS, ABS E AIRBAG DUPLO. COR BRANCA, (1° EMPLACAMNETO) PARA A IMUNIZAÇÃO PARA ATENDIMENTO DA RESOLUÇÃO SES N°6985, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019.	unid	01
2	VEÍCULO 0 (ZERO) KM, TIPO DE COMBUSTÍVEL: BICOMBUSTÍVEL TIPO DE DIREÇÃO: HIDRÁULICA/ELÉTRICA, PORTAS: 04 PORTAS CAPACIDADE: 5 LUGARES, FREIOS ABS E AIRBAG DUPLO: CÂMBIO: MANUAL, 05 VELOCIDADES E MARCHA A RÉ, OU MANUAL 06 VELOCIDADES E MARCHA RÉ, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS: MINÍMA DE 2.370 MM MOTORIZAÇÃO: MINIMA 1.3 TRIO ELETRICO (TRAVA, VIDRO, ALARME), AR CÓNDICIONADO. Complementação da especificação: 0KM, FABRICADO, NO MAXIMO, HÁ 6 (SEIS) MESES, COM TODOS OS ACESSORIOS MINIMOS OBRIGATORIOS, CONFORME LEGISLACAO EM VIGOR, COR BRANCA.	unid	01

Observação: considerando a descrição dos veículos acima, para os efeitos desta licitação, será



CNPJ: 18.270.447/0001-46

End.: Praça Coronel Bembém, 1.477 – Centro – Manga-MG_– Tel.: (38) 3615-2112 Email: cpl.manga@yahoo.com.br

considerado" VEICULO AUTOMOTOR NOVO" o veículo a motor de propulsão antes de seu registro e licenciamento vencidos por uma concessionaria autorizada pelo fabricante, "Lei 6.729/79", ou pelo próprio fabricante, nos termos da deliberação 64/2008.

- 3.2 O Veículo deverá ser zero-quilômetro, modelo 2022 ou superior, considerando o primeiro emplacamento para o órgão adquirente.
- 3.3 Será necessária a apresentação de catálogos, prospectos ou folhetos com especificações técnicas do veiculo no dia do certame.

4. DO CRITERIO DE JULGAMENTO

4.1 – Para julgamento e classificação das propostas o critério adotado será o de "Menor Preço" por item.

5 - DA ESTIMATIVA DE CUSTO/FONTE DE RECURSOS

5.1 – O Município de Manga/MG reserva-se ao direito de só divulgar o valor estimado após o encerramento da fase de lances do Pregão, com fulcro no Inc. III do Art. 3º e Inc. III do Art. 4º, ambos da Lei Federal do Pregão nº10.520/2002. Precedentes: Acórdão nº 1789/2009-Plenário. Acórdão nº 3028/2010 – Segunda Câmara e Acórdão nº 2080/2012 – Plenário, todos do Tribunal de Contas da União. Recurso Ordinário nº 876.182/2015 TCE.

5.2 - Fonte de Recursos:

05.02.01.10.302.0011.1024 - Execução de Obras Civis e Aquis. Equipamentos - 44905200 - Equipamentos e Materiais Permanentes - Ficha 0524.

6- DO PRAZO DE FORNECIMENTO E ENTREGA

- 6.1 O prazo de vigência do contrato será pelo período de 60 (sessenta) dias, contados a partir da assinatura do contrato;
- 6.2 O veiculo devera ser entregue no prazo Maximo de 30(trinta) dias corridos, contados a partir da requisição emitida pelo Setor de Compras, quantitativos e condições especificadas, devidamente acompanhadas dos documentos fiscais respectivos (Nota Fiscal e/ ou Fatura).
- 6.3– o veiculo devera ser entregue no Almoxarifado do Município de Manga(MG), situado a Rua José de Alencar, nº 1980 centro, na cidade de Manga/MG, sendo o mesmo recebido por servidor designado para o Recebimento de Mercadorias/bens.

7 - ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 7.1– Devera ser verificada a equivalência do automóvel entregue com as especificações contidas no Edital e seus Anexos;
- 7.2– detectando-se alguma anormalidade como defeitos, falhas ou imperfeições no automóvel, estes serão relacionados e entregues à Licitante vencedora para adoção das medidas cabíveis a fim sanar os problemas;
- 7.3— A aceitação do bem somente será efetuada após ter o mesmo considerado satisfatório pela comissão de Recebimento designada especialmente para este fim, sendo que a não observância



CNPJ: 18.270.447/0001-46

End.: Praça Coronel Bembém, 1.477 – Centro – Manga-MG_– Tel.: (38) 3615-2112 Email: cpl.manga@yahoo.com.br

destas condições implicara na não aceitação dos mesmos, sem que caiba qualquer tipo de reclamação ou indenização por parte da inadimplente.

8 - DA GARANTIA E ASSISTENCIA TÉCNICA

- 8.1- A contratada deverá dar garantia do veiculo ofertado de no mínimo 12(doze) meses.
- 8.2- Durante o prazo de garantia a CONTRATADA deverá:
- I arcar com os custos de transportes e seguro de transporte alem daqueles relacionados com a montagem e manutenção dos veículos, havendo necessidades de enviar o veiculo para um centro de Assistência Técnica. O envio do veículo para o centro de Assistência Técnica em outra localidade não exime a contratada do cumprimento dos prazos de Assistência Técnica estabelecida e respectivas penalidades;
- II Substituir os veículos que, após a entrega e aceite e durante o prazo de garantia, venham a apresentar defeitos de fabricação, num prazo Maximo de 10(dez) dias;
- III- responsabilizar se pelo transporte e pela realização de serviços de manutenção;
- IV Atender, durante o prazo de garantia dos veículos, aos chamados de manutenção corretiva no prazo Maximo de 24(vinte e quatro) horas, efetivando os reparos necessários;
- V Proceder, durante o período de garantia e em caso de necessidade de substituição de veiculo e/ou componentes que não mais existam no mercado em razão de evolução ou por qualquer outro motivo, a substituição por veiculo e/ou componentes tecnologicamente equivalentes ou superiores, sem ônus para o Município;
- VI Nenhum custo adicional será pago por ocasião de locomoção de técnicos ou aparelhos, sendo os mesmos de inteira responsabilidade da contratada;
- a). Providenciar independentemente de ser ou não o fabricante, a correção ou a substituição de todo produto ofertado ou de suas peças, acessórios e componentes que apresentarem defeito de fabricação ou divergência com as especificações fornecidas, sem ônus para a Administração, em conformidade com o estabelecido no Contrato e seus anexos, observando a legislação pertinente;
- VII Substituir o automóvel ofertado ou as suas peças, acessórios e componentes que apresentarem defeito de fabricação por outro(a) novo(a) e que possua a mesma especificação técnica originalmente proposta.

9 - DA ASSISTENCIA TÉCNICA

- a) A Contratada ficara obrigada a:
- 9.1.1 Os serviços de Assistência Técnica serão de responsabilidade total da contratada e serão realizados sempre que necessário, mediante chamada/solicitação da Secretaria Municipal de Governo, a qual devera ser atendida no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas, a partir da primeira chamada.



CNPJ: 18.270.447/0001-46

End.: Praça Coronel Bembém, 1.477 – Centro – Manga-MG_– Tel.: (38) 3615-2112 Email: cpl.manga@yahoo.com.br

- 9.1.2 O descumprimento do prazo de atendimento técnico ou a não substituição do bem defeituoso, ensejará a aplicação de multas a Contratada, calculada sobre o valor total do contrato.
- I– O serviço de Assistência Técnica durante todo o período de garantia ofertado devera ser prestado de modo a remover os defeitos apresentados pelo veículo, compreendendo, nesse caso, a substituição de peças, ajustes, reparos e correções necessárias, de acordo com as normas técnicas especificas, a fim de manter os veículos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para o Município.
- II— O prazo para sanar defeito apresentado nos veículos durante a execução da garantia ofertada não poderá ser superior a 3(três) dias úteis, a contar da chamada gratuita, para registro de chamados técnicos, da empresa prestadora dos serviços de assistência técnica.
- III— Caso o conserto requeira prazo superior ao especificado no subitem anterior, a contratada obriga-se a disponibilizar veiculo de igual ou superior característica, em substituição ao que apresente defeito, no prazo de 02(dois) dias úteis a contar do termino do prazo do subitem anterior.
- IV Não havendo solução, devera ocorrer à substituição definitiva por um novo veículo, com especificação técnica igual ou superior da proposta (em caso de veículo superior, devera ter o aceite desta Administração Pública), no prazo máximo de 10(dez) dias, sem nenhum ônus a CONTRATANTE.
- V– O limite Maximo para o veiculo ficar a disposição da contratada ou da Assistência Técnica autorizada será de 10(dez) dias. Após este prazo, a Contratante exigirá a substituição do veiculo até o 5º(quinto) dia útil.
- VI— Caso ocorram defeitos sistemáticos por 03(três) vezes no transcurso de um mês, durante o período de garantia, sem solução, a contratada fica obrigada a substituir o produto em até 72 (setenta e duas) horas, após a quarta chamada, sem ônus a contratante, desde que este não tenha contribuído para a causa.
- VII— Na hipótese de interrupção dos serviços de Assistência Técnica seja motivada pela Contratada, ou ainda, por culpa de terceiro, ficará prorrogado, por igual período da suspensão, o prazo de garantia e o serviço de Assistência Técnica, sem ônus para o Município.
- a. Ocorrendo falta de peças, devera ser disponibilizado outro veículo em substituição ao defeituoso, ate que se concretize seu conserto e devolução, sem que isto incorra em ônus ao Contratante;
- b. A falta de Peças não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a Contratada das penalidades a que estará sujeita pelo não cumprimento dos prazos estabelecidos;
- c. As despesas relativas aos eventos deslocamentos correrão por conta da Contratada e sob sua exclusiva responsabilidade.

10 - CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO

a. – A referida aquisição será recebida conforme prevê o artigo 73 da Lei 8.666/93.



CNPJ: 18.270.447/0001-46

End.: Praça Coronel Bembém, 1.477 – Centro – Manga-MG_– Tel.: (38) 3615-2112 Email: cpl.manga@yahoo.com.br

11 - DA GESTÃO DO CONTRATO

11.1– Nos termos do art.67 da Lei 8.666/93, a gestão do presente contrato e seu objeto serão realizados pela Contratante por meio do Servidor designado pela pasta solicitante, como Gestor do Contrato. Conforme Resolução nº 02 de 01 de Fevereiro de 2017 – Diário Oficial Ano XIX nº 4.387, de 03 de Fevereiro de 2017.

12 - DOS DEVERES DA CONTRATADA

- 12.1– Além das obrigações Resultantes da Observância da Lei 8.666/93, são Obrigações da CONTRATADA:
- a) Entregar o objeto no tempo, lugar e forma estabelecido no contrato.
- b) Prestar o fornecimento dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, em observância as normas legais e regulamentares e, inclusive, ás recomendações aceitas pela boa técnica.
- c) Notificar o CONTRATANTE, por escrito, todas as ocorrências que porventura possam prejudicar ou embaraçar o perfeito desempenho das atividades do fornecimento dos materiais.
- d) Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca do fornecimento a ser contratado, sem previa autorização do CONTRATANTE.
- e) Manter, durante a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação. A ausência da regularização, na forma da legislação em vigor, acarretará a suspensão do pagamento.

13 - DOS DEVERES DA CONTRATANTE

- 13.1– Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da contratante: Efetuar o pagamento no tempo, lugar e forma estabelecidos no Contrato.
- a) Proporcionar todas as facilidades que lhe couber, para que a entrega do bem seja executada na forma estabelecida no Termo de Referência.
- b) Notificar, por escrito, a CONTRATADA quaisquer irregularidades encontradas na prestação do fornecimento.
- c) Participar ativamente das sistemáticas de supervisão, acompanhamento e controle de qualidade do fornecimento prestado, bem como atestar os documentos fiscais referentes à entrega efetiva do bem.
- d) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO.
- e) aplicar, se for o caso, as sanções administrativas e penalidades regulamentares e contratuais.



CNPJ: 18.270.447/0001-46

End.: Praça Coronel Bembém, 1.477 – Centro – Manga-MG_– Tel.: (38) 3615-2112 Email: cpl.manga@yahoo.com.br

f) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como atestar na Nota Fiscal/Fatura, a entrega efetiva do produto.

14 - PAGAMENTO

- 14.1– Os pagamentos devidos a CONTRATADA pelo fornecimento dos veiculos serão efetuados em ate 30(trinta) dias após a entrega do bem e apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.
- a. Quando do pagamento, a contratada devera estar em dia com todas as condições de habilitação exigidas na licitação, ou seja, as certidões negativas de débitos da União, estado e Município deverão estar validas (dentro do prazo de vencimento).
- b. Contratada deverá, obrigatoriamente, encaminhar os seguintes documentos quando da entrega do bem:
- I 01(uma) via da OF (ordem de fornecimento) encaminhada pela contratante, que deverão estar devidamente assinadas pela empresa em local apropriado;
- II Nota fiscal gerada pelo fornecimento das quantidades dos itens entregues solicitadas na OF;
- III Certidões Negativas de Débitos: da União (Secretaria de Receita Federal), INSS e FGTS), Estado e Município(IPTU e ISS). Todas as certidões deverão estar dento do prazo de validade de no mínimo 10 dias antes de seu vencimento.
- c. No caso da empresa contratada ser optante do SIMPLES, devera apresentar juntamente com a nota fiscal a declaração em obediência ao inciso IV do art. 4º da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.244 de 30/01/2012, conforme modelo apresentado no anexo I deste Termo, devidamente assinada pelo responsável e no original.
- d. a falta de um dos documentos solicitados no item anterior poderá implicar no não recebimento do item e, consequentemente, da nota fiscal.

15 - DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO

- 15.1– A execução do contrato será em entrega única através de Ordem de Fornecimento emitida pelo setor de compras da prefeitura Municipal de Manga (MG);
- 15.2 definitivamente, após a verificação da especificação, condição e conseqüentemente aceitação, quando será lavrado Termo de Recebimento Definitivo, em 02 (duas) vias de igual teor, na forma do disposto na alínea "b" do Inciso II do art. 73 da Lei Federal nº 8.666/63;
- 15.3 Ocorrendo rejeição do veículo por não se enquadrar na especificação estipulada ou apresentar defeitos de fabricação ou danos em geral, identificando no ato da entrega ou no período de verificação, o Contratado deverá refazê-los no prazo máximo de 10(dez) dias, a contar da data em que for comunicado da cita rejeição, sem ônus para o contratante, sob pena de o não fazendo, ensejar nas sanções cominadas em Lei.
- 15.4 A Administração Pública poderá se recusar a receber o objeto licitado, caso este esteja em desacordo com a proposta oferecida no momento do certame, circunstancia esta que será devidamente registrada e que caracterizará a mora do adjudicatário.



CNPJ: 18.270.447/0001-46

End.: Praça Coronel Bembém, 1.477 – Centro – Manga-MG_– Tel.: (38) 3615-2112 Email: cpl.manga@yahoo.com.br

- 15.5— O veículo Licitado terá que estar dentro das normas de legislação vigente de qualidade/técnica e de segurança;
- 15.6— Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 Código de Defesa do Consumidor.
- 15.7— Será de inteira responsabilidade da empresa contratada, as despesas de transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição do veículo, correndo a carga da contratante apensa o valor referente ao efetivo fornecimento do objeto ao preço adjudicado da proposta da contratada.
- 15.8- Será de inteira responsabilidade da empresa contratada quaisquer danos que venham a ocorrer à Prefeitura Municipal de Manga ou a terceiros, decorrentes da execução incorreta da entrega do item contratado.
- 15.9 A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda execução do contrato.

Manga, MG, 10 de abril 6	ue 2022.
-	
	Cassilia Rodrigues de Souza
	Secretária Municipal de Saúde



CNPJ: 18.270.447/0001-46

End.: Praça Coronel Bembém, 1.477 – Centro – Manga-MG_– Tel.: (38) 3615-2112 Email: cpl.manga@yahoo.com.br

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO N° 000/2022
CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE MANGA, E DE OUTRO LADO A EMPRESA DE CONFORMIDADE COM AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR EXPOSTAS:
Município de Manga; Estado de Minas Gerais, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, con sede administrativa, à Praça Coronel Bembem, Nº1477, Centro, CEP: 39.460-000; Manga/MG inscrito no CNPJ sob o n.º 18.270.447/0001-46, doravante denominado Contratante, neste at representado pelo Senhor Anastácio Guedes Saraiva, Prefeito Municipal, inscrito no CPF sob o n.º 000.000.000-00, portador da Carteira de Identidade de n.º 00.000-00 e a empresa estabelecida à, Nº, Bairro inscrita no CNPJ sob o n, doravante denominada Contratada, neste ato representado pelo Senhor, inscrito no CPF sob o n.º, portador da Carteira de Identidade de n.º, resolvem firmar o presente contrato para fornecimento AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS EM ATENDIMENTO A RESOLUÇÃO SES Nº6985, 20 DI DEZEMBRO DE 2019, sob a regência das Leis Federais nº.10.520/02 e 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:
CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO
1.1 O objeto do presente contrato é AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS EM ATENDIMENTO A RESOLUÇÃO SES №6985, 20 DE DEZEMBRO DE 2019, conforme detalhado no Anexo I, do edital.
CLÁUSULA 2ª – DA ENTREGA, DOS PREÇOS E FORMA DE PAGAMENTO
2.1 – Da entrega 2.1.1 - Após o recebimento da ordem de fornecimento o licitante ganhador terá o prazo de 30(trinta) dias para entrega do objeto da licitação, sendo aplicada multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor dos bens, bem como após notificação não sendo entregue os materiais, a Administração poderá a seu critério, convocar os demais proponentes para entrega do bem, tendo em vista a ordem de classificação.
2.2 Dos preços
2.2.1 O Contratante tem importância global de R\$
2.2.2. – O pagamento será feito em moeda corrente nacional.

2.3.1. - Os pagamentos serão realizados pela Tesouraria da Prefeitura Municipal, em moeda

2.3. - Das condições de pagamento:



CNPJ: 18.270.447/0001-46

End.: Praça Coronel Bembém, 1.477 – Centro – Manga-MG_– Tel.: (38) 3615-2112

Email: cpl.manga@yahoo.com.br

corrente, transferência ou cheque nominal, mediante a apresentação da nota fiscal/Fatura, devidamente vistada pelo responsável pelo recebimento dos materiais.

Os pagamentos serão realizados em parcela única, sendo os pagamentos sempre realizados em até 30 dias após a entrega do Veículo. O pagamento será realizado mediante apresentação da documentação fiscal pertinente e comprovação da entrega dos materiais.

CLÁUSULA 3ª - DA DOTAÇÃO

3.1. - As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária:

05.02.01.10.302.0011.1024 - Execução de Obras Civis e Aquis. Equipamentos - 44905200 - Equipamentos e Materiais Permanentes - Ficha 0524.

CLÁUSULA 4ª - DA VIGÊNCIA

4.1. – A vigência do presente contrato é de 60(sessenta) dias, a contar da assinatura do contrato.

CLÁUSULA 5ª - DA NOVAÇÃO

Toda e qualquer tolerância por parte do CONTRATANTE na exigência do cumprimento do presente contrato, não constituirá novação, nem muito menos, a extinção da respectiva obrigação, podendo a mesma ser exigida a qualquer tempo.

CLÁUSULA 7ª - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

7.1. - Efetuar o pagamento na forma e prazo previstos na Cláusula 2ª deste instrumento.

CLÁUSULA 8ª - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

- 8.1 Entregar os materiais elencados no anexo I deste contrato, de forma satisfatória, nos prazos estabelecidos e obedecendo toda a legislação pertinente.
- 8.2. A Contratada, além dos casos previstos na legislação em vigor, é responsável:
- a) Por quaisquer danos ou prejuízos que por acaso causar à Administração ou a terceiros, em decorrência do não cumprimento das obrigações assumidas neste contrato;
- b) Pela indenização ou reparação de danos ou prejuízos decorrentes de negligência, imprudência e/ou imperícia, na execução dos serviços contratados;
- c) Arcar com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e outros decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA 9a - DA RESCISÃO

9.1. O instrumento contratual firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.



CNPJ: 18.270.447/0001-46

End.: Praça Coronel Bembém, 1.477 – Centro – Manga-MG_– Tel.: (38) 3615-2112 Email: cpl.manga@yahoo.com.br

9.2. Na hipótese de ocorrer a rescisão administrativa prevista no art. 79, inciso I, da Lei n. 8.666/93, ao Contratante são assegurados os direitos previstos no art. 80, incisos I a IV, parágrafos 1º a 4º, da Lei citada.

CLÁUSULA 10a - DA FISCALIZAÇÃO

- 10.1. A fiscalização sobre a entrega do veiculo, objeto da presente licitação, será exercida por um representante do Contratante, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93.
- 10.2. A fiscalização de que trata o item anterior não exclui, nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade.
- 10.3. O Contratante se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o veiculo, se considerado em desacordo com os termos do presente contrato.

CLÁUSULA 11a - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no contrato, erros ou atrasos no cumprimento do contrato e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:
- 11.1.1. Advertência:
- 11.1.2. 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o 10º (décimo) dia de atraso, a efetiva execução da entrega, sobre o valor da parcela, por ocorrência;
- 11.1.3. 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do valor do contrato, no caso de atraso superior a 30 dias, com a consequente rescisão contratual, quando for o caso;
- 11.1.4 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nos casos:
- a) inobservância do nível de qualidade dos bens;
- b) transferência total ou parcial do contrato a terceiros;
- c) subcontratação no todo ou em parte do objeto sem prévia autorização formal da Contratante;
- d) descumprimento que cláusula contratual.
- 11.2. suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- 11.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que o contratante promova sua reabilitação.
- 11.4. O valor das multas aplicadas deverá ser pago por meio de guia própria ao Município de Manga MG, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação ou poderá

NANGA STATE OF THE PARTY OF THE

Contratado

Testemunhas:

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGA

CNPJ: 18.270.447/0001-46

End.: Praça Coronel Bembém, 1.477 – Centro – Manga-MG_– Tel.: (38) 3615-2112 Email: cpl.manga@yahoo.com.br

ser descontado dos pagamentos das faturas devidas pelo Município, quando for o caso.

CLÁUSULA 12ª - DOS CASOS OMISSOS

12.1. - Os casos omissos, assim como as dúvidas, serão resolvidas com base na Lei nº 8.666/93, com alterações introduzidas pela Lei nº 8.883/94, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento, ainda que delas não se faça aqui menção expressa.

CLÁUSULA 13^a – DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

13.1 – O Presente contrato é celebrado de acordo com o processo licitatório 041/2022, pregão eletrônico 022/2022, homologado em
13.2 - Para efeitos obrigacionais tanto o Edital do processo licitatório 041/2022, pregão eletrônico 022/2022, quanto a Proposta nele adjudicada, integram o presente contrato valendo seus termos e condições em tudo quanto com o Edital não conflitarem.
CLÁUSULA 14 – DO ACOMPANHAMENTO E RECEBIMENTO DO BEM
14.1 O acompanhamento e recebimento da entrega do objeto deste contrato serão feitos pela Secretaria Municipal de Saúde deste Município, através de agente formalmente designado para este fim. Constatada qualquer irregularidade, a CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, os itens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
CLÁUSULA 15ª - DO FORO
As partes elegem o foro da Comarca de Manga- Minas Gerais, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução do presente Contrato.
E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e também assinam.
Manga (MG), de de 2022.
Anastácio Guedes Saraiva Prefeito Municipal

1- CPF n⁰:

2-_____.CPF n⁰._____



CNPJ: 18.270.447/0001-46

End.: Praça Coronel Bembém, 1.477 – Centro – Manga-MG_– Tel.: (38) 3615-2112 Email: cpl.manga@yahoo.com.br

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2022 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2022

		(Formulário F		•		to da	• •
TELEF	ONE:		E-	· MAIL:			
1.1. O	BJFTO: "I	Registro de Preços	visando a	AQUISIÇÃO	DE VEÍCULO	S FM ATEND	IMFNTO A
		-		_			
RESUL	.UÇAO SE	S Nº6985, 20 DE DE	ZEMBRO	DE 2019, Pr	oposta de pre	eços, contorn	ne pianiina
abaixo	•						
ITFM	DESCRIÇ	:ÃO	QUANT	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL	
		,,,,,,			R\$	R\$	
1							
		BAL PROPOSTO:	 D¢ /	\DD A 7	O DE	VALIDADE	DA
		() dias, contados					
	onformeEd	` '	ua uata u	ic sua apre	seniação (pre	120 Hao IIIIei	01 a 00
		deverá ser formu	lada em d	conformidae	de com a es	necificação	técnica
-	• •	ente será aceito ob				•	
anexo			,010 00		-p-oeaşae		
		rca do item cotado.					
•		— do no preço unitá	rio o frac	cionamento	de centavo(s) até duas	casas
		ração: A empresa				•	
identific	cado, para	todos os efeitos le	gais e adr	ministrativos	, sob as pen	as da lei, DE	CLARA:
Que se	e responsa	biliza pelas transaç	ões efetua	adas em seu	ı nome, assu	mindo como t	firmes e
verdad	eiras suas	propostas e lance	s, inclusiv	e os atos p	raticados dire	etamente ou	por seu
represe	entante, na	ão cabendo à PRE	FEITURA	MUNICIPA	L responsabi	ilidade por e	√entuais
		es de uso indevido		•	•		•
•	-	dos estão incluídos		•		•	
		es sobre o objeto d			ndo lícito pleit	tear a esse tít	ulo.
Localic	lade,	de	de	2022.			
		Assinatu	ıra do repr	esentante le	gal da	_	
		er	npresa No	me/RG/CPF	.		

Obs: Utilizar papel timbrado ou carimbo com CNPJ da Empresa.

ANGLO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGA

CNPJ: 18.270.447/0001-46

End.: Praça Coronel Bembém, 1.477 – Centro – Manga-MG_– Tel.: (38) 3615-2112 Email: cpl.manga@yahoo.com.br

ANEXO IV (Declarações)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2022 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2022

A empresa (NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ/MF sob nº (NÚMERO DO CNPJ), com sede (ENDEREÇO COMPLETO), aqui representada por (NOME E QUALIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL), para fins de participação no procedimento licitatório, referente ao Pregão em epígrafe, e em cumprimento a legislação e regulamentos vigentes, às quais se submete, declara que:

- 1. Que cumpre plenamente os requisitos da **HABILITAÇÃO**, nos termos do art. 4º., inciso VII, da Lei nº. 10.520/2002, de17/07/2002;
- 2. Não está IMPEDIDA de contratar com a Administração Pública, direta ou indireta;
- 3. Não foi declarada INIDÔNEA pelo Poder Público, em nenhuma esfera:
- **4.** Não possui no quadro de funcionários **MENORES DE 18 ANOS** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 anos em qualquer outro tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos, conforme <u>inciso V, do artigo 27, da Lei Federal no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999:</u>
- **5.** Que assume inteira **RESPONSABILIDADE** pela autenticidade de todos os documentos apresentados, e compromete-se a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; tem conhecimento e se submete ao disposto na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990- Código de Defesa do Consumidor, bem como ao Edital e Anexos deste pregão;

Loc	calidade,	de	de 2022.
Assinatura do	representante	e legal da	
	Nome/RG/C	•	

Obs: Utilizar papel timbrado ou carimbo com CNPJ da Empresa.



CNPJ: 18.270.447/0001-46

End.: Praça Coronel Bembém, 1.477 – Centro – Manga-MG_– Tel.: (38) 3615-2112 Email: cpl.manga@yahoo.com.br

ANEXO V

PROCESSO LICITATÓRIO № 041/2022 PREGÃO ELETRÔNICO № 022/2022

DECLARAÇÃO DE ESTAR ENQUADRADA COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A proponente abaixo assinada, participante da licitação, por seu representante credenciado, na forma e sob as penas impostas pela Lei Complementar 123/2006 -

inc	isos I e II do artigo 3/ e demais legislações pertinentes que se enquadra como:
()	MICROEMPRESA
()	EMPRESA DE PEQUENO PORTE
()	Outra:
e c	que:
,	O valor da receita bruta anual da sociedade, no último exercício, não excedeu o limite fixado nos incisos I e II, art. 3/ da Lei Complementar n° 123/2006; Não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no art.3/, § 4°, incisos I a X, da mesma Lei.
Ро	r ser verdade, firmamos a presente.
	em de de